

Disputas intraclasses dominante e educação no Brasil: o caso dos clubes agrícolas (1942-1964)

Nathalia dos Santos Nicolau¹

Resumo: Ao se estudar educação no Brasil devemos levar em conta os inúmeros projetos que disputam a chamada hegemonia. Assim, o objetivo principal do trabalho é refletir sobre as formas do embate entre essas propostas, partindo do conceito de Estado Ampliado de Antonio Gramsci que, não só de forma teórica, mas também metodológica, favorece a análise das nuances dos conflitos tanto na Sociedade Política, quanto na Sociedade Civil, organizada por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia. Para exemplificar esse debate, farei uso da minha pesquisa que resultou na Dissertação de Mestrado defendida no PPGH da Universidade Federal Fluminense, acerca dos Clubes Agrícolas. Esse ramo da educação contém, desde sua criação e difusão, um projeto político pedagógico voltado especificamente para crianças e jovens do campo, tendo sido disputado, entre 1940 e 1964, pelos Ministérios da Educação e Saúde (MES) e da Agricultura (MA). Ressaltando que o MA tinha em sua composição –seus quadros dirigentes - boa parte de diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, que é um dos mais antigos Aparelhos Privados de Hegemonia, já engajado em atividades educacionais antes mesmo da criação do MES. Com isso queremos destacar que a luta de classes não se explicita somente entre as classes fundamentais, mas também entre frações da classe dominante que tinham como finalidade inserir sua proposta junto ao Estado Restrito.

Palavra-chave: Clubes Agrícolas – Educação Rural – Agricultura

Disputes Intra Dominant Class and Education in Brazil: The Case of Agricultural Clubs (1942-1964)

Abstract: When studying education in Brazil we must take into account the numerous projects that dispute the so-called hegemony. So, the main objective of the work is to reflect on the forms of the clash between these proposition, starting from Antonio Gramsci's concept of the Expanded State, which not only theoretically but also methodologically favors the analysis of the nuances of conflicts both in Political Society and in Civil Society, organized through the Private Hegemonic Apparatus. To exemplify this debate, I will make use of my research that resulted in the Dissertation defended in PPGH of the Federal University Fluminense, about the Agricultural Clubs. Since its creation and diffusion, this educational branch has been a pedagogical and political project specifically at children and young people in the countryside. It was between 1940 and 1964 by the Ministries of Education and Health (MES) and Agriculture (MA). Noting that the MA had in its composition - its leading cadres - a good number of directors of the National Society of Agriculture, which is one of the oldest Private Hegemonic Devices, already engaged in educational activities before the creation of the MES. By this we want to emphasize that the class struggle is not explicit only between the fundamental classes, but also between fractions of the ruling class whose purpose was to insert their proposal with the Restricted State.

Keywords: Agricultural Clubs - Rural Education - Agriculture

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: nathnicolau@hotmail.com

Apresentação

Meu fascínio em estudar e compreender os meandros por detrás da criação dos Clubes Agrícolas, começa ainda na graduação em História realizada na Universidade Federal Fluminense, onde tive contato com os estudos sobre as políticas voltadas para o Brasil Rurale, além da minha experiência em pesquisa. Sobre o campo da educação rural, através da Bolsa de Iniciação Científica do CNPQ em projeto orientado pela Professora Doutora Sonia Regina de Mendonça.

Dessa iniciação à pesquisa e desses anos de estudo nasceu meu trabalho de conclusão de curso com o título: *Educação Rural no Brasil: O caso dos Clubes Agrícolas (1940-1960)*. Durante esse trabalho tive acesso parcial² a parte da documentação, principalmente a *Revista Brincar e Aprender*, de suma importância para compreender estratégias de atuação e propaganda dos Clubes, assim como as atividades cotidianas que desenvolviam.

Uma breve introdução

A Educação Rural como um todo, foi marcada pela luta de classes e por embates dentro da própria classe dominante, caracterizada, principalmente pela disputa em torno da hegemonia de um projeto – aqui no caso de educação - junto ao Estado Restrito.

Como aporte, utilizo em minha pesquisa a teoria e portanto o conceito de Estado Ampliado de Antônio Gramsci. Assim, podemos entender de forma metodológica a Sociedade Civil e sua organização através dos Aparelhos Privados de Hegemonia -os quais elaboram os projetos educacionais - e a Sociedade Política ou Estado Restrito que torna o projeto hegemônico em forma de políticas públicas, aqui no caso para o campo.

As disputas em relação à Educação Rural, mais especificadamente sobre os Clubes Agrícolas, são travadas entre o Ministério da Agricultura (MA) e o Ministério da Educação e Saúde (MES), fundado no pós-30. As contradições dentro da educação dos jovens do meio rural ficam nítidas ao analisar, mesmo que superficialmente esses Clubes.

² A coleção da revista presente no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, não se encontrava totalmente acessível para consulta no período da realização da pesquisa para a monografia.

A educação rural era vinculada inicialmente as ideias e demandas da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)³, a qual era responsável em afirmar que esses Clubes seriam espaços “extraescolares”, portanto, vinculados em forma de anexos às escolas primárias das zonas rurais, que por sua vez estavam subordinadas ao Ministério da Educação. Ressalto para melhor compreensão que as escolas primárias rurais estavam sob a responsabilidade do Ministério da Educação, mas os Clubes Agrícolas respondiam ao Ministério da Agricultura, o que causava desconforto entre duas, pois possuíam projetos divergentes sobre a educação.

O Ministério da Agricultura através dos seus dirigentes (também intelectuais orgânicos da SNA) tinham como proposta a criação dos Clubes Agrícolas apenas como uma forma para completar a educação dos jovens, sob o discurso de desenvolver melhores condições para preparar esses futuros trabalhadores e aproveitando para acabar com o que consideravam ser o atraso do campo. O espírito cooperativo foi motivado nos jovens, em suas famílias e na comunidade em que viviam, sempre com intuito de inculcar novos valores sobre a agricultura, sobre o trabalho na terra e sua importância para os jovens que seriam futuros produtores.

Qualquer atividade feita dentro dos muros dessa instituição e todas as ideias elaboradas para serem usadas por esses jovens e seus familiares, eram registradas em atas e enviados ao Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.) do Ministério da Agricultura. Além disso, ainda eram elaborados relatórios (para prestação de contas dos subsídios fornecidos pelo Estado e outras agências financiadoras) e cartilhas educacionais.

O discurso desenvolvimentista estava presente não só nos projetos de atividades cotidianas dos Clubes Agrícolas como na Educação Rural como um todo. Logo, um dos objetivos dos projetos educacionais das classes dominantes, era o aumento da produtividade agrícola por meio do preparo das crianças e jovens dos Clubes como futura mão-de-obra para o campo.

O Brasil do pós Segunda Guerra Mundial seguia exatamente o modelo de modernização desejado, sendo assim, educavam os jovens através da difusão entre eles dos ideais positivos – considerados pela classe dirigente – do uso de novas técnicas para

³ A Sociedade Nacional de Agricultura consistia em uma agremiação que organizava em sua volta diversos setores agrários, principalmente das regiões Nordeste, Sudeste e Sul desde o século XIX. Grande parte de seus funcionários fizeram parte da alta cúpula do Ministério da Agricultura durante o período aqui estudado, portanto muitas das políticas educacionais faziam parte do seu projeto hegemônico.

a produção e do incentivo ao consumo de insumos agrícolas como sementes, mudas e técnicas de adubação.

Foi dessa forma que valores capitalistas foram entrando no meio rural e criando raízes fortes junto aos trabalhadores do campo através dos seus filhos. A transformação da mentalidade dessas crianças e jovens frequentadoras dos Clubes Agrícolas foi provocada pela propagação de ideias sobre a valorização da terra e do trabalho no campo, por meio do *slogan* “**trabalho para a vida**”.

Valores esses vindos da cidade e adaptados para serem absorvidos pelo Campo de acordo com suas atividades políticas e econômicas que visavam, por exemplo a fixação do homem ao campo, impedindo – num contexto de industrialização acelerado principalmente nos anos 1950 – o êxodo para as cidades que sofriam com o inchaço populacional. Nesse período a “vida rural” e o “trabalho rural” foram enaltecidos. Outro motivo para mudar a mentalidade da sociedade rural era o crescimento de movimentos sociais, ou seja, a proposta se estenderia para impedir a organização de resistências contra o Estado no campo.

Os Clubes Agrícolas

Os Clubes Agrícolas na realidade estão presentes no Brasil desde a década de 1930 e o grande incentivador foi Alberto Torres que difundiu suas ideias de educação rural pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres⁴ fundada, no Estado do Rio de Janeiro, em 1932. Essa sociedade não só realizava encontros e patrocinava alguns congressos sobre educação em geral, além de fazer as chamadas Semanas Ruralistas, e os Clubes Agrícolas Educacionais. Nesse período apenas algumas regiões possuíam esses Clubes e eles nada tinham de projeto nacionalizante.

Existia também a *Sociedade Luiz Pereira Barreto* que realizou o “Primeiro Congresso de Ensino Rural” em São Paulo em 1937 e que tinha estrutura semelhante a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres como a iniciativa de criação de Clubes Agrícolas. Durante a pesquisa deparei com variadas formas de articulação entre essas

⁴ Alberto Torres foi um político brasileiro e exerceu cargos importantes no início da República. A Associação que leva seu nome foi criada em 1932 e tinha vários núcleos em diferentes regiões do país, defendendo a educação rural através da realização de congressos e cursos, além de atuar em Semanas Ruralistas e nos Clubes Agrícolas. A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres foi composta por figuras de destaque como Oliveira Vianna, Alcides Gentil, Sabóia Lima, Cândido Mota Filho, Roquete Pinto, Juarez Távora, Plínio Salgado, Sud Menucci e outras. Nela eram discutidos os problemas nacionais pelos quais o país passava, e assim sendo o Patrono Alberto Torres era uma referência no que dizia respeito a da organização nacional. Logo, em meio aos rumos que o país tomava, os membros da Sociedade retomavam suas ideias em vários momentos.

“sociedades” com participação ativa na realização de semanas ruralistas, conferências, cursos e criação de clubes agrícolas, e observei a referência a alguns intelectuais e políticos associados às realizações dessas associações.

Podemos dizer que a educação rural começou a ser disputada pelas agências do Estado Restrito com a criação em 1930 do Ministério da Educação e Saúde. Esse Ministério não apresentava um projeto firme para a educação rural, pois mesmo defendendo a expansão de escolas primárias (educação formal como nas áreas urbanas), se distanciava de projetos voltados exclusivamente para a educação no campo defendidas, por exemplo, pelo Ministério da Agricultura e, portanto pela SNA. A correlação de forças entre os dos Ministérios era nítida ao analisar os projetos como a dos Clubes Agrícolas.

“Ao Ministério da Agricultura cabia o ensino agrícola de cunho profissionalizante – incluindo Aprendizados Agrícolas, Centros Agrícolas, Escolas Técnicas Rurais e Ensino Agrônômico – enquanto ao MES competia o ensino primário regular – incluindo os grupos escolares no campo – o ensino médio e superior não agrícolas”.⁵

No Capítulo da minha dissertação enumero as pessoas relacionadas entre as ditas “sociedades” e suas relações com, por exemplo, a SNA e logo o MA. Ou seja, a pesquisa me levou a análise de diversas articulações entre essas “sociedades” e suas participações na organização, difusão, propaganda e realização das semanas ruralistas, conferências, cursos e criação de clubes agrícolas, e observei a referência a alguns intelectuais e políticos associados às realizações dessas associações. Por isso, pesquisei e reuni informações sobre eles e sistematizei os resultados na tabela a seguir⁶.

⁵ MENDONÇA, Sonia. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2010.p.46

⁶ Os quadros foram elaborados por mim, levando em conta os documentos que analisei para a minha dissertação. Para saber mais: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2035.pdf>

Quadro1: Formação e vínculos de intelectuais que se destacaram na formulação de projetos de educação rural

Nomes	Formação e trajetória	Participação em sociedades
Oliveira Viana	Jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo. Realizou estudos e pesquisas sobre a “formação brasileira” e publicou “Populações meridionais do Brasil” (1922) e “Raça e assimilação” (1932); diretor do Instituto do Fomento do Estado do Rio de Janeiro (1926); consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1932-1940); membro da Comissão Especial de Revisão da Constituição (1933-1934); membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Assessor Jurídico do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio; ajudou na elaboração da legislação trabalhista.	SAAT
Belisário Penna (1868-1939)	Médico, Diretoria Geral de Saúde Pública (1904-18), diretor do Serviço de Profilaxia Rural (1918-20), diretor de saneamento rural do Departamento Nacional de Saúde (190-22); chefe do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (1927-28); diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP, 1931) e ministro da Educação e Saúde (1931-2)	SAAT Ação Integralista Brasileira (AIB, membro da Câmara dos 40)
Alcides Gentil	Jurista, jornalista, professor (Escola Normal, Pedro II) e escritor, publicou “Ideias de Alberto Torres” (1938).	SAAT (Fundador e secretário)
Augusto Sabóia Lima	Jurista e magistrado no DF (Juizado de Menores e Vara Criminal), considerado “pupilo de Alberto Torres” publicou “Alberto Torres e sua obra” (1918)	SAAT
Cândido Mota Filho	Advogado do Patronato Agrícola do Estado, professor, jornalista, ensaísta e político paulista (senador, deputado constituinte, prefeito, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura); junto com Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, participou do Movimento Verde-Amarelo; um dos fundadores da Ação Nacional do P.R.P., com programa inspirado no pensamento de Alberto Torres; foi diretor do DIP em São Paulo; Ministro da Educação e Cultura (1954)	SAAT
Paulo Roquette Pinto	Filho de Edgard Roquete Pinto, botânico, Professor, autor de “História Natural”; participou da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (RJ, 1934) organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores	SAAT Sociedade dos Amigos das Árvores (diretor)
Juarez Távora	Militar, participou dos levantes tenentistas e da coluna Prestes, Ministro da Agricultura de Vargas (1932-34), deputado constituinte (1934).	SAAT
Plínio Salgado	Jornalista, escritor e político, fundou e presidiu a Ação Integralista Brasileira;	SAAT
Félix Pacheco	Jornalista, proprietário do <i>Jornal do Comércio</i> , deputado, senador, Ministro das Relações Exteriores (1922-26); fundador e primeiro diretor do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do DF.	SAAT
Sud Menucci	Professor, geógrafo, sociólogo, jornalista (redator e crítico literário do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> - 1925-31) e escritor; como Diretor geral de Ensino de São Paulo (1931; 1933; 1943-1945), foi responsável pela reorganização do ensino rural no	SAAT (Núcleo SP); Centro do Professorado Paulista (fundador, 1930)

	estado; autor de “Pelo sentido ruralista da civilização” (1935) e de diversos artigos sobre o ensino rural; representou o estado de SP em Conferências Nacionais de Educação, proferiu conferências ruralistas, defendendo a educação para o trabalho agrícola.	
Edgard Teixeira Leite (1895-1983)	Advogado, professor e agrônomo. Dirigiu serviços do Ministério da Agricultura em Alagoas e na Paraíba e foi prefeito de Gameleira (PE, 1919-1922); secretário geral da Sociedade Auxiliadora da Agricultura (1926), mais tarde Sociedade de Agricultura de Pernambuco, a mais antiga associação rural do país; Ligado ao Partido Democrático de Pernambuco, núcleo da Aliança Liberal do estado; Deputado Constituinte (1933-4); deputado federal Partido Social Democrático (PSD/PE); secretário de Agricultura, Indústria e Comércio (RJ- 1947-1950); conferencista da Escola Superior de Guerra, Diretor do Boletim Fluminense de Agricultura e Indústria e colaborador das publicações Revista do Conselho Nacional de Economia, Lavoura e Observador Econômico.	SAAT; SNA (Conselho Superior e segundo vice-presidente); Confederação Nacional de Agricultura; Conselho Consultivo da Associação Latino-Americana de Direito Agrário Sociedade Brasileira de Agronomia Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) Instituto Brasileiro de Colonização
Ildelfonso Simões Lopes (1866-1944)	Deputado Federal pelo RS (1906-1908; 1913-1919; 1922-1930); Ministro da Agricultura (1919-1922); como ministro desenvolveu política de apoio ao ensino voltado para a agricultura e a pecuária; criou e reestruturou várias escolas, entre as quais a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e o Instituto de Química Industrial; promoveu o reconhecimento dos diplomas de agricultura e medicina veterinária e fundou cursos de agricultura prática;	SNA (presidente 1926-1931); SAAT; criador da Confederação Rural Brasileira;
Arthur Torres Filho (1889-1960)	Formado pela Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós (1909); funcionário do Ministério da Agricultura (1909) organizou e dirigiu o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, foi membro da Diretoria de Organização e Defesa da Produção, dirigiu o Serviço de Economia Rural; Professor catedrático da Escola Nacional de Agronomia (1927); reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1947)	SNA (primeiro-secretário 1929-1931), SNA (vice-presidente 1931-1943); SNA (presidente 1943-1960); SAAT; Confederação Rural Brasileira (vice-presidente 1951)
Juvenal de Godoy	Professor catedrático da Escola Luiz de Queiroz, um dos organizadores da Conferência Nacional Algodoeira (1935), Diretor do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura (SP, 1935)	SLPB
Horácio Silveira	Professor, Superintendente do Ensino Profissional do Estado de São Paulo	SLPB
Domicio Pacheco e Silva	Engenheiro e diretor da Seção de Obras da Prefeitura do Município de São Paulo; diretor do Depto de Estradas de Rodagem (SP, 1934); candidato à Deputado Federal pelo Partido Constitucionalista (1934); Diretor do Depto de Administração Municipal (1934);	SLPB Ação Nacional do PRP/SP (Fundador) Liga da Defesa Paulista (diretor)
Octávio Gonzaga	Médico; Inspetor Chefe dos Dispensários de Higiene e Proteção à Infância (SP, 1933); Presidente da Comissão Executiva da Conferência Nacional de Proteção à Infância; Diretor do Serviço Sanitário (1933)	SLPB
Rogério de Camargo	Diretor do Depto Técnico do Café (1932); membro comissão de alistamento eleitoral (1932, SP 3ª zona) e da Assistência Alimentar aos Soldados nas Trincheiras (1932)	SLPB

Luiz Motta Mercier	Professor, Diretor da Instrução Pública (SP, 1934); Delegado Regional de Ensino (Ribeirão Preto); Conselheiro do Partido Constitucionalista (1935);	SLPB
José de Oliveira Orlandi	Jornalista, Diretor Técnico do jornal cinematográfico “Semana Sonora” (1937); professor secundário formado pela USP (1937); conferencista pela SLPB sobre ruralização do ensino;	SLPB Associação Paulista de Imprensa (1935)
Francisca Pereira Rodrigues (1896-1966)	Professora, jornalista e política; Deputada Estadual Partido Constitucionalista (SP, 1935-37); prefeita de Tatuí; como educadora estimulou criação de escolas primárias, escolas profissionais e clubes agrícolas; uma das organizadoras do Primeiro Congresso de Ensino Rural	SLPB (Fundadora e presidente) Bandeira Paulista de Alfabetização (fundadora, 1933)
Alberto José Sampaio (1881- 1946)	Botânico, cientista, ativista, professor e chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional; pioneiro na defesa da preservação ambiental; Relator da <i>Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza</i> (Boletim do MN, RJ, 1935) organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores	SAAT Sociedade dos Amigos das Árvores (fundador, 1931)
Mario Casasanta (1898-1963)	Professor, pesquisador, escritor, advogado, promotor de justiça, inspetor de ensino, gestor de órgãos públicos em Minas Gerais	SAAT (Núcleo MG)
Luís Simões Lopes (1903-1994)	Engenheiro agrônomo, funcionário do Ministério da Agricultura (1924-30); chefe de gabinete Presidência da República (1930-37); presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP, 1938-45); presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 1944-??)	SAAT SNA (1960-79)
Fernando Azevedo (1894-1974)	Advogado, professor, expoente do movimento da Escola Nova; diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal de 1926 a 1930, e de São Paulo (1933; 1942).	SAAT Centro Regional de Pesquisas Educacionais (diretor, SP, 1942) Companhia Editora Nacional (fundador e diretor SP, 1951-66)
Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956)	Advogado; estatístico; Diretoria Geral de Estatística (1908-); autor ensaio estatístico sobre educação primária (1934); diretor da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação (1934);	SAAT Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936-48)
Hélio Gomes	Professor, membro da comissão da SAAT para criação de núcleos regionais; autor ???	SAAT (vice-presidente 1937)

Fonte: Dados reunidos a partir de consulta aos *Relatórios do Ministério da Agricultura, A Lavoura, Correio da Manhã, Correio Paulistano, Correio de S. Paulo* e bases de dados biográficos localizados na internet.

Essas informações nos levam a refletir que inumeros indivíduos que se destacaram em suas áreas de formação e atuação, foram membros e/ou fundadores das mesmas sociedades, e que possuíam certos vínculos que os uniam na questão da composição e, principalmente, no campo de forças da *Sociedade Nacional de*

Agricultura, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e da Sociedade Luiz Pereira Barreto.

Essas informações deram subsídios que nos levam a tomar como evidencia as articulações entre essas entidades permitindo, não apenas entender a sua abrangência mas, conseqüentemente, a capacidade das mesmas em aprovar seus projetos de educação rural e possíveis vínculos com os Clubes Agrícolas. Sendo assim, deixa claro que há uma disputa intraclassas dominantes em prol de elevar projeto de educação rural, como um projeto nacional e logo hegemônico de acordo com as diretrizes do grupo dirigente inserido no Estado Restrito.

Isso é claro ao continuar a análise durante os anos que se seguem e como o MA se articula e cria meios para se fazer no controle da educação voltada aos jovens rurais. Por exemplo, o Serviço de Informação Agrícola (S.I.A.), que citei mais acima, era o órgão criado em 1940 pelo Ministério da Agricultura e que tinha como finalidade tomar conta das questões educacionais e da propaganda de feitos do Ministério da Agricultura. De modo que sua gama de responsabilidade iria além da criação e difusão dos Clubes Agrícolas, ou seja, deveria, também, organizá-los e elaborar publicações para os jovens (cartilhas, livros sobre clubismo, relatórios) e a comunidade rural. Foram elaboradas propagandas em rádios e imprensa no geral para divulgar a importância de expandir os Clubes Agrícolas para outras áreas do país.

O projeto de nacionalizar os Clubes Agrícolas veio respaldado pelo discurso patriótico e pela educação cívica e moral desses jovens e sob o discurso de dignificar o trabalho no campo. A difusão de novos hábitos e costumes se tornaram presentes; e ensinamentos sobre a educação alimentar, hábitos de higiene e de economia no lar eram estimulados com o intuito de transformar esses futuros trabalhadores.

Paralelamente, os EUA crescia no pós Guerra como potencia e fez inúmeros acordos com a América Latina. O primeiro no Brasil foi em 1942 com a criação *Comissão Brasileira-Americana para Produção de Gêneros Alimentícios (CBAPGA)*, que ajudava a preparar a mão-de-obra a ser utilizada na produção de gêneros a serem fornecidos aos países aliados.

A troca entre os dois países ocorreu não só por acordos como pela criação de agências cujo objetivo seria passar conhecimento técnico para os trabalhadores brasileiros como, por exemplo, o uso de maquinaria moderna no campo. Uma das mais importantes foi o *Institute of Inter-American Affairs (IIA)*, fundado por Nelson Rockefeller

e sua responsabilidade era na organização da assistência técnica aqui. Essa agência junto com a *Inter-American Educational Foundation, Inc*, levaram ao estabelecimento de um acordo com o Ministério da Agricultura, originando a *Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais* (CBAR), em 1945.

A CBAR difundia as Semanas Ruralistas e os chamados CTs (Centros de Treinamentos)⁷ e sua jurisdição se concentrou na educação de adultos, mas os Clubes Agrícolas também ficaram sob seu domínio. Seu projeto para adultos era o mesmo os que eram direcionados as crianças e jovens por meio dos Clubes, o qual visava a “modernização” da agricultura incentivando a tecnicização da produção.

Ainda na década de 1940, mais precisamente em 1946 foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola⁸ pelo Ministério da Educação, o qual reformava algumas diretrizes no sistema educacional voltado para o meio rural. Essa lei veio ratificar que os Clubes Agrícolas permaneceriam sob a jurisdição do MA. A partir da década de 1950 os Clubes começam a se espelhar nos Clubes 4-H (Que também deu origem aos clubes 4-S no Brasil, mas esses não eram vinculados a escola e portanto não vou me ater a eles nesse trabalho) que pertenciam ao atual país que o Brasil mantinha estreitos laços: EUA.

Ao ter contato com algumas documentações a respeito dos Clubes Agrícolas, pude perceber que eles se mantiveram em pleno funcionamento durante toda a década de 1950, paralelamente com os Clubes 4-S, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, mas se transformando progressivamente ao longo da década de 1950 e declinando em importância à medida que o sistema educacional passa por uma nova reforma com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, realizada em 1961, pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC), que passa a ser chamado assim a partir de 1953.

Conclusão

Através da análise das fontes que pude ter contato, observei que o Ensino Rural no Brasil, principalmente ao longo das décadas de 1940 e 1950, foi alvo de disputas no que diz respeito a diferentes projetos de ensino, com perspectivas e interesses de diversos grupos da Sociedade Civil, foram elaborados. O que mais chama atenção foi a permanente disputa travada em torno da educação para o campo que, levou ao “embate”

⁷ Os CT's, por exemplo, eram destinados a formar “operários agrícolas” no intuito de difundir as novas técnicas agrícolas, afinal o acordo visava “modernizar” a agricultura por meio da maquinização do campo.

⁸ Decreto-lei 9.613 de agosto de 1946

entre as duas maiores instituições do Estado Restrito, o Ministério da Educação e Saúde e o Ministério da Agricultura, no interior do qual atuavam nomes importantes da Sociedade Nacional de Agricultura.

Portanto, o ensino rural foi fundamental para se obter um “controle” e dessa forma foi o centro da disputa entre o MES, que regia as diretrizes do ensino nacional e o MA que, mesmo com limitações devido a criação da pasta da Educação, continuou responsável pelo ensino agrícola. Os Clubes Agrícolas apesar de serem “anexados” as escolas sob a jurisdição do MES, ficaram na responsabilidade do MA.

Os Clubes Agrícolas foram mais uma instituição de ensino que se enquadrava nas estratégias em prol de um ensino voltado para a intensificação da produção agrícola e da transformação da “mentalidade” e do comportamento do trabalhador rural. Os Clubes Agrícolas por meio dos valores inculcados junto aos jovens pela educação que recebiam e que transmitiam a sua família e comunidade sobre a “modernização” da qual deveriam fazer parte através da tecnificação da produção, uso de consumo de insumos agrícolas e máquinas modernas, nada mais eram que uma das inúmeras “portas de entrada” do capitalismo no campo e claro, sob os moldes do grupo da classe dominante que teve seu projeto de educação “vencedor” dentro do Estado Restrito e difundido como um grande projeto nacional de educação para nossos jovens e futuros trabalhadores rurais.

Bibliografia e Documentação

- ABCAR, III Reunião Nacional de Líderes Estaduais de Clubes 4-S. Workshop, Seleção, uso e treinamento de líderes voluntários locais.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. *Boletim do Serviço de Informação Agrícola*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1944
- BRASIL, Ministério da Agricultura. *Relatório de Ministro (RMA)*, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1940-1951
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Serviço de Documentação. *Brincar e Aprender*. Boletim dos Clubes Agrícolas. Ano IV n°14. Rio de Janeiro – Brasil.
- BUHR, Carlos; LAVOR, Guaraci Cabral de; LIMA, Pinto. *Clubes Agrícolas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1949. (Série Clubes agrícolas, 01).
- CALAZANS, Maria Julieta; “Para compreender a educação do Estado no Meio Rural”. IN: THERRIEN, Jacques & DAMASCENO, Maria (coords.). *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papirus, 1993. 15-40
- FERNANDES, Jacqueline Pinto. *Educação e Hegemonia: As cartilhas rurais como instrumento de difusão ideológica no Brasil (1945-1961)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- FIORI, Neide Almeida. *Clubes Agrícolas em Santa Catarina: ruralismo e nacionalismos na escola*. Perspectiva, Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 231-260, 2002.
- GÓIS, Maria Helena. *Teatrinho de Fantoches*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1957. (Série Clubes agrícolas, 17).
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- LINHARES, Maria Yedda L & SILVA, Francisco C.T. *História da Agricultura Brasileira – combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense. 1981.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2010.
- _____. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura, 2007.

_____. Estado e Ensino Agrônomo: Empresários e Funcionários para a Agricultura Brasileira (1901-1962). In: XVII Jornadas Argentinas de História Econômica, 2000, Tucuman. Anais Eletrônicos, p. 1-19.

_____ & FONTES, Virgínia. História do Brasil Recente. São Paulo, Ática, 1993.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/FNME, 1976

NICOLAU, Nathalia dos Santos Nicolau. *Clubes Agrícolas: Um Projeto de Educação, Trabalho e Cooperação para Jovens Rurais (1942 – 1958)*. 2016. 119f. Dissertação (Mestrado) - História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ (<http://www.historia.uff.br/stricto/td/2035.pdf>)

PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de Adultos. São Paulo: Loyola, 1983

PLACER, Xavier. *Como organizar a biblioteca do clube agrícola*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1955. (Série Clubes agrícolas, 12).

PLACER, Xavier. *Redação oficial para clubes agrícolas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1954. (Série Clubes agrícolas, 13).

Rural Education. Cooperative Program in Brazil. Agreements Between the United States of America and Brazil, 1947

SZMRECSÁNYI, T & QUEDA, O. (org). Vida Rural e Mudança Social. São Paulo: Ed Nacional. 1976

WERLE, Flavia. “A constituição do Ministério da Educação e as articulações entre os níveis federal, estadual e municipal da educação” in: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (org.) *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 32-52